

ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL: AVALIAÇÃO CONTINUADA¹

Nikolas de Camargo Pirani²
Marco Aurélio Costa³
Bárbara Oliveira Marguti⁴

O projeto *Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras* teve início em 2011, no âmbito da Rede Ipea, com o intuito de identificar situações de vulnerabilidade social a partir da seleção de um conjunto de indicadores que revelassem o *deficit* de bem-estar social no interior dos territórios metropolitanos e representá-los em cartogramas, de modo a contribuir para a produção de políticas públicas melhor sintonizadas com as carências e necessidades da população em diversas regiões do país. O projeto teve os seus produtos *Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios* (2015) e *Atlas da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas* (2015), divulgados em setembro e outubro de 2015, respectivamente.

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) foi resultado de um trabalho coletivo entre as equipes participantes do projeto que optou pela seleção de indicadores extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH), que, por sua vez, foram derivados das bases dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e, posteriormente, agrupados em três dimensões, de modo a expressar situações de vulnerabilidade social convergentes com as concepções que se pretendiam apresentar.

Tendo-se em vista que a primeira etapa foi concluída com êxito e que o Atlas da Vulnerabilidade Social, com seu leque de indicadores e sua plataforma *on-line* (<ivs.ipea.gov.br>), está consolidando-se como um instrumento de estímulo ao uso de dados socioeconômicos para aprofundar análises socioespaciais, em fevereiro de 2016 teve início uma nova fase da pesquisa, à qual esta nota se refere, tendo como objetivo o cálculo de todos os indicadores e dimensões que compõem o IVS, utilizando-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

A nova etapa teve início com a realização de testes de compatibilização dos questionários entre o Censo Demográfico e a Pnad. A compatibilização das informações contidas nos microdados das duas pesquisas faz-se necessária para indicar, em linhas gerais,

1. A pesquisa *Mapeamento da Vulnerabilidade Social no Brasil* é coordenada por Bárbara Oliveira Marguti e Marco Aurélio Costa.
2. Pesquisador do Programa de Mobilização de Pesquisadores (Promob) para a pesquisa *Mapeamento da Vulnerabilidade Social no Brasil*. E-mail: <nikolas.pirani@ipea.gov.br>.
3. Diretor da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea. E-mail: <marco.costa@ipea.gov.br>.
4. Coordenadora de estudos em desenvolvimento urbano na Dirur do Ipea. E-mail: <barbara.marguti@ipea.gov.br>.

os elementos que podem ser comparados para o conjunto de dados coletados por ambas as pesquisas para o recorte temporal em questão, ou seja, para as Pnads de 2011 a 2014. Em outras palavras, a compatibilização realizada por esta etapa do trabalho consiste na identificação e na construção das variáveis já elaboradas para o Censo, na Pnad, de modo a possibilitar a comparação entre os dados gerados pelas duas pesquisas.

Nesse sentido, três importantes aspectos comparativos entre as pesquisas precisam ser observados para realizar a compatibilização: a representatividade, a captação, e a interação entre os questionários.

Para o primeiro aspecto, da representatividade, a comparação entre os dados censitários e aqueles provenientes das Pnads devem levar em conta as diferenças na cobertura territorial, restringindo as análises apenas às áreas territoriais comuns. A Pnad é uma pesquisa amostral e, ainda que ela tenha se tornado efetivamente nacional a partir de 2004,⁵ seu desenho amostral mais enxuto não permite o recorte municipal e tampouco o intrametropolitano. As áreas territoriais comuns restringem-se ao território nacional, às macrorregiões, às Unidades da Federação (UFs) e a algumas regiões metropolitanas.⁶ O Censo, por sua vez, é sempre nacional e, apesar de possuir um questionário amostral, do qual deriva boa parte das variáveis utilizadas no cômputo do IVS, sua abrangência alcança níveis intramunicipais em todo o país.

Com relação à captação, ambas as pesquisas são originárias da mesma fonte e realizadas pela mesma instituição, sendo assim, não há incompatibilidade. E por último, no que diz respeito à interação entre as pesquisas, é possível observar que os questionários apresentam algumas pequenas diferenças conceituais, mas, de modo geral, são semelhantes em termos de estrutura e formato, de modo que a regularidade, a padronização e a abrangência temática das Pnads corroboram a sua utilização como fonte complementar de informações socioeconômicas para os períodos intercensitários.

Desse modo, o único problema incontornável encontrado para a compatibilização entre os dados do Censo e da Pnad refere-se à representatividade e, dado que a amostra da Pnad é significativamente menor em relação à do Censo, isso pode gerar vieses ou imprecisões, fazendo com que algumas estimativas sejam divergentes, a depender do tema ou quesito de interesse. Mesmo assim, os dados elaborados a partir da Pnad devem abranger todas as informações computadas pelos indicadores e pelas dimensões que já compõem o IVS, de forma conceitualmente próxima, mesmo com amostras diferentes, e que posteriormente serão somados aos dados já disponíveis para consulta na plataforma *on-line*.

Por fim, o que se pretende com esse exercício é destacar a necessidade de dar continuidade à criação de variáveis e indicadores capazes de diagnosticar as condições sociais e econômicas das pessoas e das famílias, principalmente as pertencentes aos estratos mais pobres da população, refinando cada vez mais as métricas com o objetivo não apenas de mensurar e de observar os avanços e os efeitos do que já vem sendo executado, mas para monitorar e avaliar situações que reflitam as políticas e os programas que os governos têm colocado em prática, em uma periodicidade mais curta do que os dez anos que separam um Censo Demográfico do outro.

5. Em 2004, a Pnad foi implantada na área rural de Rondônia, do Acre, do Amazonas, de Roraima, do Pará e do Amapá e alcançou a cobertura completa do território nacional.

6. Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, R. J. **Comparabilidade das informações disponíveis nos Censos (1960-2010) e Pnads (1976, 1985, 1995 e 2005)**. São Paulo: CEM, 2014. (Texto para Discussão CEM, n. 17).

SOUZA, P. H. G. F. **Uma metodologia para decompor diferenças entre dados administrativos e pesquisas, com aplicação para o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada na Pnad**. Brasília: Ipea, 2010 (Texto para Discussão, n. 1517).

